



**Stone Cartões Instituição  
de Pagamento S.A.**

**Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2022 e 2021**

**Índice**

---

Balanços patrimoniais .....	1
Demonstração dos resultados .....	2
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	3
Demonstração dos fluxos de caixa .....	4
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	5

**Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.**

Balço Patrimonial  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>134.834</b>	<b>10.985</b>
<b>Caixa e equivalentes de Caixa</b>	4	<b>129.887</b>	<b>10.925</b>
Disponibilidades		129.887	10.925
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>4.887</b>	—
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	5	4.887	—
<b>Outros créditos</b>		<b>60</b>	<b>60</b>
Outros ativos		60	60
<b>Não circulante</b>		<b>57.140</b>	—
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>53.961</b>	—
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>53.961</b>	—
Contas a receber	10	53.961	—
<b>Outros créditos</b>		<b>3.179</b>	—
Despesas antecipadas	6	3.179	—
<b>Total do Ativo</b>		<b>191.974</b>	<b>10.985</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>153.684</b>	—
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>3.372</b>	—
Obrigações por transações de pagamentos	7	3.372	—
<b>Outras obrigações</b>		<b>150.312</b>	—
Provisão para pagamentos a efetuar	8 (a)	123.807	—
Impostos e contribuições a recolher	8 (b)	17.106	—
Outros passivos	8 (c)	9.399	—
<b>Passivos não circulante</b>		<b>34.433</b>	<b>11.240</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>34.433</b>	<b>11.240</b>
Provisão para pagamentos a efetuar	8 (a)	23.193	—
Contas a pagar	10	11.240	11.240
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>3.857</b>	<b>(255)</b>
Capital social	9 (a)	401.000	1.000
Reserva de capital	9 (b)	72.791	—
Prejuízos acumulados	9 (c)	(469.934)	(1.255)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>191.974</b>	<b>10.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.**

Demonstração dos resultados  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>241</b>	<b>—</b>
Receita de prestação de serviços	241	—
<b>Outras (despesas) operacionais</b>	<b>(433.773)</b>	<b>(213)</b>
(-) Custo dos serviços prestados	11 (34.602)	(435)
Despesas administrativas	12 (28.751)	(438)
Despesas de pessoal	13 (405.022)	—
Outras despesas operacionais	—	225
<b>Resultado operacional</b>	<b>(468.134)</b>	<b>(648)</b>
Receitas financeiras	42	—
Despesas financeiras	(587)	—
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(545)</b>	<b>—</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda</b>	<b>(468.679)</b>	<b>(648)</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(468.679)</b>	<b>(648)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)



		<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.000</b>	<b>—</b>	<b>(607)</b>	<b>393</b>
Prejuízo do período		—	—	(648)	(648)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.000</b>	<b>—</b>	<b>(1.255)</b>	<b>(255)</b>
Aumento de capital	9 (a)	20.000.000	—	—	20.000.000
Capital a integralizar	9 (a)	(19.600.000)	—	—	(19.600.000)
Pagamento baseado em ações	9 (b)	—	72.791	—	72.791
Prejuízo do período	9 (c)	—	—	(468.679)	(468.679)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>401.000</b>	<b>72.791</b>	<b>(469.934)</b>	<b>3.857</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.**

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(468.679)</b>	<b>(648)</b>
<b>Ajustes ao prejuízo:</b>		<b>73.335</b>	<b>—</b>
Receitas financeiras, líquidas		(42)	—
Despesas financeiras, líquidas		587	—
Pagamento baseado em ações	9 (b)	72.791	—
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>114.306</b>	<b>10.955</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamentos		(4.887)	—
Outros créditos		(3.137)	(60)
Contas a receber		(53.961)	—
Obrigações por transações de pagamentos		3.372	—
Provisão para pagamentos a efetuar		147.000	—
Impostos e contribuições a recolher		17.106	—
Outros passivos		8.812	—
Contas a pagar		—	11.015
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(281.038)</b>	<b>10.307</b>
Aumento de capital	9 (a)	400.000	—
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>400.000</b>	<b>—</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>118.962</b>	<b>10.307</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		10.925	618
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		129.887	10.925
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>118.962</b>	<b>10.307</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto Operacional

A Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.. (“Companhia” ou “Stone Cartões”) com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 601, 6º andar, CEP 05425-902, foi constituída em 26 de agosto de 2019.

A Companhia tem como atividades o fornecimento e administração de vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte, vale-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros oriundos de tecnologia adequada, incluindo assessoria e consultoria dos respectivos serviços; Participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objetivo social da Companhia, e a administração de seus próprios bens de renda; realização e/ou participação em empreendimento comerciais ou negócios; e processamento de dados, disponibilização de informações e/ou funcionalidades, inclusive por meio de plataforma digital, desde que necessárias ou convenientes à consecução do objeto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia era controlada pela STNE Participações S.A., empresa que detinha 99,9% das ações da Companhia e pela DLPPar Participações S.A., empresa que detinha 0,1% das ações. Ambas possuem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código “STNE”, constituída nas Ilhas Cayman.

Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A, legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Companhia, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento S.A., tornando-a a nova controladora da Companhia.

Em 04 de maio de 2022, conforme Ata de AGE, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de “STN Benefícios S.A.” para “Stone Cartões Instituição de Pagamentos S.A.”, além disso foi alterado o objeto social da Companhia para incluir as atividades de:

- (a) Prestação de serviços administrativos e de assessoria, incluindo, mas não se limitando, a veiculação de publicidade, desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira e demais serviços associados ao oferecimento de instrumentos de pagamento;
- (b) Emissão, administração e gestão de contas de pagamento vinculadas a instrumentos de pagamento;
- (c) Prestação de serviço análise de crédito, bem como de eventual cobrança; e
- (d) Oferecimento de programas de fidelidade e benefícios, bem como realização de parcerias para divulgação de bens e serviços oferecidos por empresas parceiras nos programas de fidelidade.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e convergentes às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

### **3. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras de alta liquidez, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor

#### **3.2. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### **3.2.1. Ativos financeiros**

###### **3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Companhia se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

### **3.2.1.2. Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir.

#### **3.2.1.2.1. Ativo financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas)**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Valores a receber relativos a transações de pagamentos, Outros ativos e Contas a receber de partes relacionadas.

#### **3.2.1.2.2. Ativo financeiros a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas)**

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

#### **3.2.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais)**

Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

#### **3.2.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR**

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

### **3.2.1.3. Baixa**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Companhia transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigado a restituir.

#### **3.2.1.4. Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros**

As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui saldos provisionados de perda por redução ao valor recuperável.

### **3.2.2. Passivos financeiros**

#### **3.2.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas, Obrigações por transações de pagamentos e outros passivos

#### **3.2.2.2. Mensuração subsequente**

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

##### **3.2.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR**

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria..

##### **3.2.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Esta categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas, Obrigações por transações de pagamentos e outros passivos

### **3.2.2.2.3. Baixa**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.2.2.3. Valor justo de instrumentos financeiros**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

### **3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

### **3.3. Benefícios a empregados**

#### **3.3.1. Obrigações de curto prazo**

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

#### **3.3.2. Remuneração com base em ações**

A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços.

O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito.

#### **3.3.3 Participação nos lucros e gratificações anuais**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

### **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### **3.4.1 Pagamentos baseados em ações**

A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos.

A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte:

Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado.

**4. Caixa e equivalente de caixa**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Disponibilidades	129.887	10.925
<b>Total</b>	<b>129.887</b>	<b>10.925</b>

**5. Valores a receber**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Valores a receber transações de pagamentos	4.887	—
<b>Total</b>	<b>4.887</b>	—

**6. Despesas antecipadas**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Adiantamento a terceiros e funcionários	3.179	—
	<b>3.179</b>	—

**7. Obrigações transações de pagamentos**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Obrigações por transações de pagamentos	3.372	—
	<b>3.372</b>	—

**8. Outras obrigações****a) Provisão para pagamentos a efetuar**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Salários e encargos	147.000	—
<b>Total</b>	<b>147.000</b>	—

**b) Impostos e contribuições a recolher**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IR de terceiros retidos na fonte	17.102	—
Outros	4	—
<b>Total</b>	<b>17.106</b>	—

**c) Outros passivos**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão Benefícios	9.399	—
<b>Total</b>	<b>9.399</b>	<b>—</b>

**9. Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

Em AGE realizada em 04 de maio de 2022, ocorreu alteração na participação societária da Companhia, com a transferência das 999 ações ordinárias anteriormente pertencentes a "STNE Participações S.A." para a "Stone Instituição de Pagamento S.A."

Na AGE realizada em 04 de maio de 2022, também foi realizada a alteração na denominação social da Companhia, que passou de STN Benefícios S.A. para Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.

Em AGE realizada em 29 de agosto de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 20.000.000, sendo 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a integralizar. No segundo semestre de 2022 ocorreram aportes parciais no total de R\$ 400.000 pela sua principal acionista Stone Instituição de Pagamento S.A. O saldo remanescente, equivalente a R\$ 19.600.000 serão integralizados até 12 meses a contar da presente data da realização desta ata.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é representado por 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 20.000.999 ações da Stone Instituição de Pagamento S.A e 1 ação da DLPPar Participações S.A e totalmente subscritas e integralizadas.

**b) Reserva de capital**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Stone Cartões constituiu uma reserva adicional no montante total de R\$ 72.791 (em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu constituição de reserva de capital) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 11).

**c) Prejuízos acumulados**

Dos resultados positivos do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; (ii) a provisão para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e (iii) a remuneração dos administradores, por deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social da companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram distribuídos remuneração aos administradores, uma vez que o resultado foi negativo.

**10. Transações com partes relacionadas**

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
<i>Stone Instituição de Pagamento S.A</i>	53.961	—
<b>Contas a receber de sociedades ligadas</b>	<b>53.961</b>	<b>—</b>
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<i>STNE Participações S.A.</i>	(11.240)	(11.240)
<b>Contas a pagar a sociedades ligadas</b>	<b>(11.240)</b>	<b>(11.240)</b>

### 11. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tarifas de Transferências Bancárias	7.602	435
Tarifas de Bancos (liquidante)	27.000	—
<b>Total</b>	<b><u>34.602</u></b>	<b><u>435</u></b>

### 12. Despesas administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros	12.752	320
Outras despesas administrativas	15.999	118
<b>Total</b>	<b><u>28.751</u></b>	<b><u>438</u></b>

### 13. Despesas de pessoal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e proventos	203.089	—
Encargos sociais	96.659	—
Benefícios	9.290	—
Pagamento baseado em ações	95.984	—
<b>Total</b>	<b><u>405.022</u></b>	<b><u>—</u></b>

### 14. Pagamento baseado em ações

#### a) Unidades de Ações Restritas

Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2022 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas têm valor justo na data de outorga de R\$ 49,71 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos.

Em 2022, foram outorgadas 13.584 novas UARs, com preço médio de R\$ 49,71.

**b) Unidades de Ações de Desempenho**

Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga.

Em 2022, foram concedidas 5.494 UADs com valor justo médio na data da outorga de R\$ 3,13 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos. O valor justo na data de concessão foi determinado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais da StoneCo e a taxa de câmbio, ambas na data da outorga.

O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,13% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da Companhia.

As movimentações ocorridas em 2022 de UARs e UADs são apresentadas abaixo:

	<u>UARs</u>	<u>UADs</u>	<u>Opções</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Transferências entre empresas do grupo	13.584	5.494	—	19.078
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>13.584</u></b>	<b><u>5.494</u></b>	<u>—</u>	<b><u>19.078</u></b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 95.984 (em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu constituição de provisão em Despesas de pessoal), na rubrica de Despesas de pessoal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Stone Cartões registrou na reserva de capital o montante de R\$ 72.791 (em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu constituição de reserva de capital) para a distribuição de remuneração baseada em ações.